



*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

Praia Grande 18 de setembro de 2017

**Mensagem nº 39/2017**

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me da presente para encaminhar o Projeto de Lei que institui o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial.

O Conselho tem a finalidade de elaborar e programar, em todas as esferas da Administração do Município de Praia Grande, políticas públicas sob a ótica da população afrodescendente e outros grupos étnico-raciais, destinadas a garantir a igualdade de oportunidade e de direitos entre todos, de forma a assegurar à população afrodescendente e outro grupos étnico-raciais o pleno exercício de sua cidadania.

O Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial - CNPIR é um órgão colegiado, de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade racial – SEPPIR (Lei Federal 10.678, de 23 de maio de 2003).

Considerando as atualizações em atenção à Lei Federal nº 12.288 de 20 de julho de 2010 e o atual cronograma administrativo da Prefeitura do Município da Estância Balneária de Praia Grande, é que apresento o Projeto de Lei para análise dessa Casa de Leis.

E, considerando a importância da matéria, solicito urgência na análise e aprovação do presente Projeto.

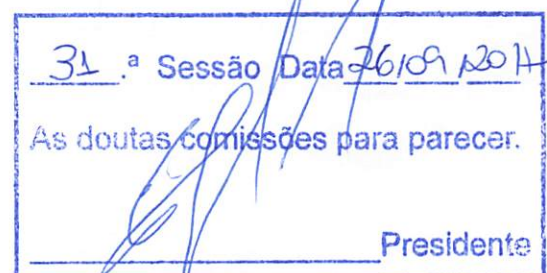
Aproveito a oportunidade para reiterar nossos protestos de elevada estima e consideração a Vossa Excelência.

Atenciosamente,

  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
**PREFEITO**



Excelentíssimo Senhor  
**Ednaldo dos Santos Passos**  
Presidente da Câmara Municipal da Estância Balneária de  
Praia Grande-SP.





*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

**PROJETO DE LEI Nº**  
**DE XX DE XXXX DE 2017**

047 / 17

**“Institui o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências”**

O Prefeito da Estância Balneária de Praia Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a Câmara Municipal, em sua \_\_\_\_\_ Sessão XXX, realizada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017, aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial de Praia Grande, com a finalidade de elaborar e programar, em todas as esferas da administração do Município de Praia Grande, políticas públicas sob a ótica da população afrodescendente e outros grupos étnico-raciais, destinadas a garantir a igualdade de oportunidade e de direitos entre todos, de forma a assegurar à população afrodescendente e outro grupos étnico-raciais o pleno exercício de sua cidadania.

**DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA**

Art. 2º O Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial - COMPIR, órgão colegiado de caráter deliberativo e consultivo, no âmbito de sua competência, tem por finalidade propor políticas de promoção da igualdade racial, com ênfase na população negra e outros segmentos étnicos da população, com o objetivo de combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e de reduzir as desigualdades, inclusive no aspecto econômico e financeiro, social, político e cultural, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas.

Art. 3º Ao Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial - COMPIR compete:

I - participar na elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de igualdade à população negra e de outros segmentos étnicos da população;

II - propor estratégias de acompanhamento, avaliação e fiscalização, bem como a participação no processo deliberativo de diretrizes das políticas de promoção da igualdade racial, fomentando a inclusão da dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas em âmbito municipal;

III - propor a realização e gerenciar o processo organizacional da Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, bem como participar de eventos que tratem de políticas públicas de interesse da população negra e de outros segmentos étnicos;

IV - acompanhar, analisar e apresentar sugestões em relação ao desenvolvimento de programas e ações governamentais com vistas à implementação de ações de promoção da igualdade racial;

V - articular-se com órgãos e entidades públicas ou privadas, especialmente aqueles que tenham como objetivo a promoção, o desenvolvimento e a implementação de ações de igualdade racial, objetivando ampliar a cooperação mútua e estabelecer estratégias comuns para a implementação da política de igualdade racial e o fortalecimento do processo de controle social;

33.ª Sessão Data 19/10/2017  
Encaminhamento APROVADO EM  
PRIMEIRA VOTAÇÃO  
\_\_\_\_\_  
Presidente

34.ª Sessão Data 17/10/2017  
Encaminhamento APROVADO EM  
SEGUNDA VOTAÇÃO  
\_\_\_\_\_  
Presidente



*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

VI - zelar pelos direitos culturais da população negra, especialmente pela preservação da memória e das tradições africanas e afro-brasileiras, bem como dos demais segmentos étnicos constitutivos da formação histórica e social;

VII - zelar, acompanhar e propor medidas de defesa de direitos de indivíduos e grupos étnico-raciais afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância;

VIII – propor e contribuir para a realização de campanhas de informação sobre o combate ao racismo e à discriminação racial;

IX - definir suas diretrizes e programas de ação; e

X - elaborar o regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros.

Parágrafo único. Fica facultado ao COMPIR propor a realização de seminários ou encontros regionais sobre temas constitutivos de sua agenda.

#### DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º O COMPIR será composto de forma paritária e será constituído com a seguinte composição:

I – 06 (seis) representantes do Poder Público Municipal, indicados pelos titulares dos seguintes órgãos:

- a) 01 (um) representante do Gabinete do Prefeito;
- b) 01 (um) representante Secretaria de Promoção Social;
- c) 01 (um) representante da Secretaria de Educação;
- d) 01 (um) representante da Secretaria de Saúde Pública;
- e) 01 (um) representante da Secretaria de Cultura e Turismo;
- f) 01 (um) representante da Secretaria de Relações de Emprego e Trabalho.

II - 06 (seis) representantes da Sociedade Civil Organizada, indicados pelos titulares das Associações correspondentes, com atuação na área, devidamente registradas no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e com sede no Município de Praia Grande;

§ 1º. Os membros do Conselho serão indicados pelos grupos que representarão e serão designados pelo Prefeito para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por mais 01(um) mandato.

§ 2º. Sempre que se faça necessário, em função da tecnicidade dos temas em desenvolvimento, o Conselho poderá contar com a participação de consultores, a serem indicados por seus representantes e nomeados por decreto do Prefeito.

§ 3º. Os membros do Conselho terão suplentes que os substituirão em seus impedimentos.

Art. 5º Os membros referidos nos incisos II e III do art. 3º deste Decreto poderão perder o mandato, antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por renúncia;

II - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do COMPIR; e

III - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro, por decisão da maioria absoluta dos membros do COMPIR.

Parágrafo único. No caso de perda do mandato, será designado novo conselheiro para a titularidade da função.

Art. 6º. O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente na forma estabelecida em seu regimento.

§ 1º. A ausência por três reuniões seguidas ou cinco alternadas, no mesmo ano, sem substituição pelo suplente, implicará a perda automática do mandato pelo conselheiro titular.

§ 2º. A critério do conselho poderão participar das reuniões convidados com direito a voz.





*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

Art. 7º. As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas como de relevante serviço público.

Art. 8º. O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro e Promoção da Igualdade Racial de Praia Grande será coordenado por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Executivo eleito por seus pares, em reunião extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Art. 9º. No prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua instalação, o Conselho elaborará o seu Regimento Interno, que será aprovado por Decreto.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº 1.509, de 24 de abril de 2011.

Palácio São Francisco de Assis, Município da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 2017, ano quinquagésimo primeiro da Emancipação.

**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
**PREFEITO**

Maura Ligia Costa Russo  
Secretária Municipal de Governo

Registrado e publicado na Secretaria de Administração, aos XXX de XXXX de 2017.

Marcelo Yoshinori Kameiya  
Secretário Municipal de Administração

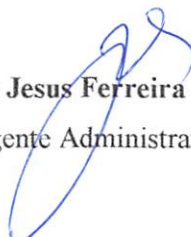
FOLHA DE INFORMAÇÃO

PROCESSO Nº 164/17

Sr. Presidente,

Abro o presente processo, composto de 04 fls. referentes ao Projeto de Lei nº 047/17 e uma folha de informação.

Praia Grande, 27 de setembro de 2017.



José de Jesus Ferreira Gonçalves  
Agente Administrativo

A Assessoria jurídica, para manifestação.

Praia Grande, 27 de setembro de 2017.



Manoel Roberto do Carmo  
Diretor Legislativo



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**DIRETORIA LEGISLATIVA**  
**SENHOR DIRETOR:**

**Referência:** Projeto de Lei que Institui o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências.

**Autoria: Executivo**

**Relatório:**

Foi encaminhado a esta Procuradoria Jurídica Legislativa, para emissão de parecer, o Projeto de Lei de autoria do Excelentíssimo Senhor Prefeito, criando o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial. É o sucinto relatório.

**Análise Jurídica:**

Preliminarmente, cabe ressaltar que a matéria é de competência privativa do Chefe do Executivo, pois trata-se de matéria relativa à organização e funcionamento da Administração. Sendo assim, cabe a ele deflagrar o Processo Legislativo, logo, não há vícios de iniciativa. Ao passo que, também, a espécie normativa, Lei Ordinária, encontra-se adequada.

Quanto à matéria, objeto do PL 047/17, consideramos que encontra respaldo no direito vigente, nos termos do Decreto nº 4886/03, o qual instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR, pois o presente projeto tem por finalidade propor política de promoção da igualdade racial, objetivando combater o racismo, preconceito e discriminação.

Mister ressaltar, que há necessidade de uma revisão do texto proposto, substituindo o termo “deste Decreto” por “desta Lei”, no artigo 5º do Projeto. Devendo a nova redação do dispositivo, constar:

Artigo 5.º - Os membros referidos nos incisos II e III do art. 3º desta Lei poderão perder o mandato, antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:



## *Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*

Feita a correção *supra* e submetidas ao crivo da Comissão de Justiça e Redação, para a necessária revisão, a Procuradoria Jurídica é de parecer favorável à submissão do mesmo à elevada deliberação colegiada, por inexistência de óbices legais.

É o parecer, s.m.j.

Praia Grande, 28 de setembro de 2017.

  
**PETTRYA COELHO S. MENEZES**  
Procuradora Jurídica  
OAB 326.838

**SENHOR PRESIDENTE:**

Para a elevada deliberação da Douta Comissão de Justiça e Redação.

Praia Grande, 29 de setembro de 2017.

  
**MANOEL ROBERTO DO CARMO**  
Diretor Legislativo



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

PROCESSO Nº 164/17  
PROJETO DE LEI Nº 047/17  
AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL  
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO  
Relator: Vereador EDUARDO RODRIGUES XAVIER  
PARECER

Senhor Presidente:

Às quinze horas e trinta e cinco minutos do dia 03 de outubro de dois mil e dezessete, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se os componentes da douta Comissão de Justiça e Redação a fim de estudarem o presente projeto e ao final exarar o seguinte parecer:

— Trata a presente matéria de Projeto de Lei de autoria do Excelentíssimo Senhor Prefeito, criando o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial.

Preliminarmente, cabe ressaltar que a matéria é de competência privativa do Chefe do Executivo, pois trata-se de matéria relativa à organização e funcionamento da Administração. Sendo assim, cabe a ele deflagrar o Processo Legislativo, logo, não há vícios de iniciativa. Ao passo que, também, a espécie normativa, Lei Ordinária, encontra-se adequada.

Quanto à matéria, objeto do PL 047/17, consideramos que encontra respaldo no direito vigente, nos termos do Decreto nº 4886/03, o qual instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR, pois o presente projeto tem por finalidade propor política de promoção da igualdade racial, objetivando combater o racismo, preconceito e discriminação.

Mister ressaltar, que há necessidade de uma revisão do texto proposto, substituindo o termo “deste Decreto” por “desta Lei”, no artigo 5º do Projeto. Devendo a nova redação do dispositivo, constar:





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

Artigo 5.º - Os membros referidos nos incisos II e III do art. 3º desta Lei poderão perder o mandato, antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

Feita a correção supra, esta Comissão analisante é de parecer favorável à submissão do mesmo à elevada deliberação colegiada, por inexistência de óbices legais.

QUORUM: MAIORIA SIMPLES.

  
MARCELINO SANTOS GOMES

  
EDUARDO RODRIGUES XAVIER

  
SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo

## FICHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO:

ITEM: 02 - PROC. 164/17 - PL 47/17 - 34ª S.O.

	NOME	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
1	LEANDRO AVELINO	11:59	
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			

Praia Grande, 17 / 10 / 2017.

EDNALDO DOS SANTOS PASSOS

Presidente



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

**Matéria : Projeto de Lei nº 047/17**

**Autoria : Executivo Municipal**

**Ementa : Institui o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências.**

**Reunião : 33ª Sessão Ordinária**  
**Data : 10/10/2017 - 11:56:27 às 11:57:06**  
**Tipo : Nominal**  
**Turno : 1ª Votação**  
**Quorum : Maioria Simples**  
**Condição : Maioria Simples**  
**Total de Presentes : 19 Parlamentares**

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ALEXANDRE CORREA COMIN	PTB	Sim	11:56:30
2	CARLOS EDUARDO BARBOSA	PTB	Não Votou	
3	DIMAS ANTONIO GONÇALVES	PEN	Sim	11:56:31
4	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Sim	11:56:46
5	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PMDB	Não Votou	
6	EDUARDO RODRIGUES XAVIER	PMDB	Sim	11:56:31
7	HUGULINO ALVES RIBEIRO	PMDB	Não Votou	
8	ISAIAS MOISES DOS SANTOS	PTB	Sim	11:56:39
9	JANAINA BALLARIS	PT	Sim	11:56:30
10	JOÃO ALVES CORREA NETO	PSC	Sim	11:56:29
11	LEANDRO RODRIGUES CRUZ	PSB	Sim	11:56:31
12	MARCELINO SANTOS GOMES	PMDB	Sim	11:56:36
13	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Não Votou	
14	NATANAEL VIEIRA DE OLIVEIRA	PRP	Sim	11:56:35
15	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Sim	11:56:48
16	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Sim	11:56:30
17	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PSD	Sim	11:56:36
18	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSDB	Sim	11:56:36
19	TATIANA TOSCHI MENDES	PMDB	Sim	11:56:32

<b>Totais da Votação :</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>TOTAL</b>
	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>15</b>
	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>	
<b>Resultado da Votação :</b>	<b>APROVADO</b>		

**Mesa Diretora da Reunião:**

  
PRESIDENTE

  
1º SECRETÁRIO





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 32/2017**

**“Institui o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências”**

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE APROVA:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial de Praia Grande, com a finalidade de elaborar e programar, em todas as esferas da administração do Município de Praia Grande, políticas públicas sob a ótica da população afrodescendente e outros grupos étnico-raciais, destinadas a garantir a igualdade de oportunidade e de direitos entre todos, de forma a assegurar à população afrodescendente e outros grupos étnico-raciais o pleno exercício de sua cidadania.

**DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA**

Art. 2º O Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial - COMPIR, órgão colegiado de caráter deliberativo e consultivo, no âmbito de sua competência, tem por finalidade propor políticas de promoção da igualdade racial, com ênfase na população negra e outros segmentos étnicos da população, com o objetivo de combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e de reduzir as desigualdades, inclusive no aspecto econômico e financeiro, social, político e cultural, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas.

Art. 3º Ao Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial - COMPIR compete:

I - participar na elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de igualdade à população negra e de outros segmentos étnicos da população;

II - propor estratégias de acompanhamento, avaliação e fiscalização, bem como a participação no processo deliberativo de diretrizes das políticas de promoção da igualdade racial, fomentando a inclusão da dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas em âmbito municipal;

III - propor a realização e gerenciar o processo organizacional da Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, bem como participar de eventos que tratem de políticas públicas de interesse da população negra e de outros segmentos étnicos;

IV - acompanhar, analisar e apresentar sugestões em relação ao desenvolvimento de programas e ações governamentais com vistas à implementação de ações de promoção da igualdade racial;

V - articular-se com órgãos e entidades públicas ou privadas, especialmente aqueles que tenham como objetivo a promoção, o desenvolvimento e a implementação de ações de igualdade racial, objetivando ampliar a cooperação mútua e estabelecer estratégias comuns para a implementação da política de igualdade racial e o fortalecimento do processo de controle social;





***Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande***  
Est. de São Paulo

VI - zelar pelos direitos culturais da população negra, especialmente pela preservação da memória e das tradições africanas e afro-brasileiras, bem como dos demais segmentos étnicos constitutivos da formação histórica e social;

VII - zelar, acompanhar e propor medidas de defesa de direitos de indivíduos e grupos étnico-raciais afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância;

VIII - propor e contribuir para a realização de campanhas de informação sobre o combate ao racismo e à discriminação racial;

IX - definir suas diretrizes e programas de ação; e

X - elaborar o regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros.

Parágrafo único. Fica facultado ao COMPIR propor a realização de seminários ou encontros regionais sobre temas constitutivos de sua agenda.

**DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO**

Art. 4º O COMPIR será composto de forma paritária e será constituído com a seguinte composição:

I - 06 (seis) representantes do Poder Público Municipal, indicados pelos titulares dos seguintes órgãos:

- a) 01 (um) representante do Gabinete do Prefeito;
- b) 01 (um) representante Secretaria de Promoção Social;
- c) 01 (um) representante da Secretaria de Educação;
- d) 01 (um) representante da Secretaria de Saúde Pública;
- e) 01 (um) representante da Secretaria de Cultura e Turismo;
- f) (01) representante da Secretaria de Relações de Emprego e Trabalho.

II - 06 (seis) representantes da Sociedade Civil Organizada, indicados pelos titulares das Associações correspondentes, com atuação na área, devidamente registradas no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e com sede no Município de Praia Grande;

§ 1º. Os membros do Conselho serão indicados pelos grupos que representarão e serão designados pelo Prefeito para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por mais 01(um) mandato.

§ 2º. Sempre que se faça necessário, em função da tecnicidade dos temas em desenvolvimento, o Conselho poderá contar com a participação de consultores, a serem indicados por seus representantes e nomeados por decreto do Prefeito.

§ 3º. Os membros do Conselho terão suplentes que os substituirão em seus impedimentos.

Art. 5º Os membros referidos nos incisos II e III do art. 3º desta Lei poderão perder o mandato, antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por renúncia;

II - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do COMPIR; e

III - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro, por decisão da maioria absoluta dos membros do COMPIR.



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

Parágrafo único. No caso de perda do mandato, será designado novo conselheiro para a titularidade da função.

Art. 6º. O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente na forma estabelecida em seu regimento.

§ 1º. A ausência por três reuniões seguidas ou cinco alternadas, no mesmo ano, sem substituição pelo suplente, implicará a perda automática do mandato pelo conselheiro titular.

§ 2º. A critério do conselho poderão participar das reuniões convidados com direito a voz.

Art. 7º. As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas como de relevante serviço público.

Art. 8º. O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro e Promoção da Igualdade Racial de Praia Grande será coordenado por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Executivo eleito por seus pares, em reunião extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Art. 9º. No prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua instalação, o Conselho elaborará o seu Regimento Interno, que será aprovado por Decreto.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº 1.509, de 24 de abril de 2011.

**MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Em 17 de Outubro de 2.017

  
**EDNALDO DOS SANTOS PASSOS**  
Presidente

  
**PAULO EMÍLIO DE OLIVEIRA**  
1º Secretário

  
**JANAÍNA BALLARIS**  
2º Secretário

**SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Em 17 de Outubro de 2.017

  
**Manoel Roberto do Carmo**  
Diretor Legislativo



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo

Em 17 de Outubro de 2017.

OFÍCIO GPC-L Nº 205/17

SENHOR PREFEITO:

Com os meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso Autógrafo de Lei nº 31/17, relativo ao Projeto de Lei nº 46/17, de autoria desse Executivo Municipal, o qual fora encaminhado a este Legislativo através da Mensagem nº 38/2017, e que “**cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil CONPEDEC e dá outras providências**”, aprovado em Segunda Discussão por ocasião da Trigésima Quarta Sessão Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura, realizada nesta data.

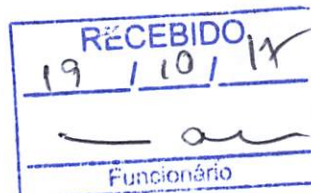
Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e real apreço.

Atenciosamente,

  
**EDNALDO DOS SANTOS PASSOS**  
Presidente

**CÓPIA**

Excelentíssimo Senhor  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
DD. Prefeito da Estância Balneária de  
PRAIA GRANDE



Márcio Caruccio Lama  
RF. 32.299





# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

Matéria : Projeto de Lei nº 047/17 2ª votação

Autoria : Executivo Municipal

Ementa : Institui o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências.

Reunião : 34ª Sessão Ordinária  
Data : 17/10/2017 - 12:00:55 às 12:01:29  
Tipo : Nominal  
Turno : 2ª Votação  
Quorum : Maioria Simples  
Condição : Maioria Simples  
Total de Presentes : 18 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ALEXANDRE CORREA COMIN	PTB	Sim	12:01:07
2	CARLOS EDUARDO BARBOSA	PTB	Sim	12:01:05
3	DIMAS ANTONIO GONÇALVES	PEN	Sim	12:01:02
4	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Não Votou	
5	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PMDB	Não Votou	
6	EDUARDO RODRIGUES XAVIER	PMDB	Sim	12:01:01
7	HUGULINO ALVES RIBEIRO	PMDB	Sim	12:01:06
8	ISAIAS MOISES DOS SANTOS	PTB	Não Votou	
9	JANAINA BALLARIS	PT	Não Votou	
10	JOÃO ALVES CORREA NETO	PSC	Sim	12:01:09
11	LEANDRO RODRIGUES CRUZ	PSB	Sim	12:01:06
12	MARCELINO SANTOS GOMES	PMDB	Sim	12:01:04
13	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Sim	12:01:13
14	NATANAEL VIEIRA DE OLIVEIRA	PRP	Não Votou	
15	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Sim	12:01:01
16	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Sim	12:01:00
17	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PSD	Sim	12:01:08
18	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSDB	Sim	12:01:05
19	TATIANA TOSCHI MENDES	PMDB	Sim	12:01:03

<u>Totais da Votação :</u>	SIM	NÃO	TOTAL
	14	0	14
	100,00%	0,00%	
<u>Resultado da Votação :</u>	APROVADO		

Mesa Diretora da Reunião :

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO